

O trabalho analisa a internacionalização do crime organizado a partir do caso do Primeiro Comando da Capital (PCC), destacando sua expansão desde a esfera prisional paulista até alcançar influência transnacional na fronteira Brasil–Paraguai.

A facção, surgida após o Massacre do Carandiru (1992), consolidou-se pela ocupação dos vazios estatais no sistema carcerário e pelo discurso de resistência à opressão, associado ao uso de violência e medo como formas de coerção. A pesquisa investiga as implicações jurídico-políticas desse processo para as relações entre Brasil e Paraguai, com foco em Ponta Porã/MS e Pedro Juan Caballero/PY, buscando compreender os efeitos da transnacionalização, sobretudo no tráfico de drogas, e avaliar a eficácia das políticas públicas.

Os resultados mostram que tais políticas mantêm caráter punitivista, fundamentadas em repressão, encarceramento em massa e operações policiais, mas sem enfrentar as causas estruturais da violência. Ignora-se, assim, a complexidade do PCC, que descentralizou o poder, consolidou redes de governança criminal e se fortaleceu em territórios vulneráveis. Essa dinâmica revela a insuficiência estatal e a fragilidade social das fronteiras, permitindo à facção ocupar espaços de poder e penetrar em instituições legais para garantir sua permanência e expansão.